



Casa da Imprensa

**RELATÓRIO  
E CONTAS 2017**



Casa da Imprensa  
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

# **RELATÓRIO E CONTAS 2017**

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

## ÍNDICE

<b>A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO</b>	<b>3</b>
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
<b>B. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>4</b>
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	7
4. Ação Social	9
5. Atividade cultural	11
6. Iniciativas	11
7. Finanças	11
8. Principais indicadores	18
9. Agradecimentos	18
10. Aplicação de resultados	18
11. Propostas	18
<b>C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>19</b>
1. CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2017	20
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2017	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	23
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2017	24
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2017	25
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2017	26
<b>D. ANEXO</b>	<b>27</b>
<b>E. PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>37</b>
1. Parecer	38

# A.

## RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

### 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### **Mesa da Assembleia Geral**

*Presidente:* José Luiz Jacinto Fernandes (associado nº 217)

*1.º Secretário:* Francisca Maria Beato Leal (433)

*2.º Secretário:* Eunice Maria N. Lourenço (1499)

*Suplentes:*

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (751) e

José António da Câmara Pimenta de França (1541).

#### **Conselho de Administração**

*Presidente:* José Eduardo Goulart Machado (181)

*Vice-presidente:* Paulo Manuel Fernandes da Silva (857)

*Vogal:* Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

*Vogal:* Rui Peres Jorge (1469)

*Vogal:* Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Aníbal (1234)

*Suplentes:*

Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630) e

Luísa Maria Carvalho Ferreira (669)

#### **Conselho Fiscal**

*Presidente:* Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

*Secretário:* Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

*Relator:* Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (6066)

*Suplentes:*

Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José António Neves Veloso Domingues (1133)

#### **Conselho Geral**

*Membros eleitos:*

António Joaquim dos Santos (56),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

Maria Luísa Manteigas Ribeiro (133) e

Cesário Borga Martins (68)

*Suplentes:*

António Fernandes Melo (224)

Álvaro Esteves (123)

Ana Paula Neves Ferreira (1746)

### 2. ÂMBITO

A CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista (CASA DA IMPRENSA), tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

### 3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 44, à inscrição nº 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 45 à inscrição n.º 16/81, a fls. 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

## B.

### RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2017. Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, fatural e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados (*secções 2 a 8, pág. 5 e seguintes*). As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 19 e se-*

#### 1. PERSPETIVA

*O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2017, exposta de forma objetiva e sempre que possível quantificada. Não é uma autoavaliação, é prestação de contas, para que sejam os associados a avaliar o trabalho realizado. É principalmente um instrumento para que possam decidir sobre o que importa fazer no futuro.*

*Nesta nota introdutória, porém, o Conselho de Administração traça a sua própria perspetiva sobre o que foi alcançado e o que falta fazer.*

*Os dados contidos neste relatório mostram que a atividade da CASA DA IMPRENSA estabilizou em 2017 no que respeita ao seu objetivo principal, a prestação de serviços de saúde.*

*Desde 2009, quando após a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas a associação adotou o atual modelo de organização cuja matriz é moldada pelo Código das Associações Mutualistas, têm-se sucedido ciclos de crescimento e estabilização.*

*A cada revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios – em 2009, 2012 e 2015, coincidindo com os mandatos dos órgãos sociais – seguiu-se um período de intensificação da atividade, com mais adesões e maior utilização dos serviços.*

*Houve uma melhoria clara dos benefícios das modalidades mutualistas e hoje os associados têm mais opções e mais serviços disponíveis, maior comodidade no acesso a eles e melhores preços.*

*A melhoria dos benefícios teve custos, desde logo no plano financeiro. Os custos diretos das garantias regulamentares quase triplicaram. Até agora foi possível acomodá-los com mais eficiência na gestão de recursos, diminuindo fortemente os restantes gastos e rentabilizando os ativos. O investimento realizado permitiu aumentar a receita corrente. O valor das quotas mantem-se inalterado desde 2010 e os preços de alguns serviços baixaram,*

*guintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo a 2012, garantindo assim a comparação, em todos os aspetos significativos, com os valores dos exercícios anteriores.*

*No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 27 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística.*

*O relatório é distribuído com o Parecer do Conselho Fiscal, emitido nos termos estatutários (*Secção F, págs. 37 e 38*).*

*pelos que a contribuição dos associados para a cobertura da despesa é menor.*

*Mas não está tudo feito e nem tudo funciona bem. E há sobretudo novos desafios a enfrentar.*

*Na saúde, por exemplo. As insuficiências do Serviço Nacional de Saúde e as constantes, súbitas e muitas vezes perversas alterações nas condições de acesso às redes privadas de prestadores de serviços ditam a necessidade de se caminhar para um quadro mais seguro de contratação. É necessário passar do mero acesso aos serviços e dos descontos para um quadro mais estável e mais confiável, com regras mais claras e preços definidos. A pressão tem aumentado principalmente no recurso aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.*

*Foi esta a principal preocupação que guiou a atividade do Conselho de Administração. É necessário encontrar novas respostas e elas têm de passar por uma contínua melhoria dos benefícios, garantindo a todos os associados o acesso a todo o tipo de cuidados de saúde, com uma correta mutualização dos riscos e uma partilha de custos justa.*

*A gestão financeira é outra preocupação central, que em 2017 exigiu estudos e negociações intensas com bancos e consultores credenciados para acautelar a limitação do risco e manter as rendibilidades ao nível necessário para manter os benefícios. Deste trabalho resultou a reestruturação de uma parte importante da carteira de investimentos do Fundo de Ação Social.*

*Desde a extinção do adicional sobre a publicidade paga nos jornais que o FAS não tem outra fonte de receita que não seja o rendimento financeiro gerado pelo próprio fundo. E, porque o fundo é perpétuo e deve passar de geração em geração, é este rendimento o único sustentáculo da ação social desenvolvida pela Associação.*

*Desde 2009, apesar do aumento dos encargos financeiros, foi possível mais do que duplicar a despesa social e mesmo assim capitalizar o fundo em mais de 2,2 milhões de euros. É vital que este desempenho se mantenha.*

## 2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2017 a CASA DA IMPRENSA tinha 2.212 associados, mais 41 (+1,9%) que no final do ano anterior.

Ao longo do ano foram admitidos 103 candidatos, faleceram 15 associados e 32 cancelaram a inscrição. Outros 15 foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Do total de inscritos, 1.122 (50,7%) eram associados efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1.090 (49,3%) associados participantes, dos quais 11 eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 1.090 participantes, 793 eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 86,6% do total de associados (88,1% em 2016).

Regista-se uma redução do número de admissões para níveis próximos da média dos anos recentes (103 em 2017, 241 em 2016, 106 em 2015 e 97 em 2014), o aumento do número das desistências (32, contra 21 em 2017 e 27 em 2016) e a estabilização do número de óbitos (15, contra 14 em 2016 e 16 em 2015).

A vaga de novas adesões em 2016 verificou-se na sequência da revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, que permitiu o aumento das participações e reembolsos da hospitalização e a redução do preço das consultas de especialidade. Na altura foi aberto um período extraordinário que permitiu novas adesões sem limite de idade.

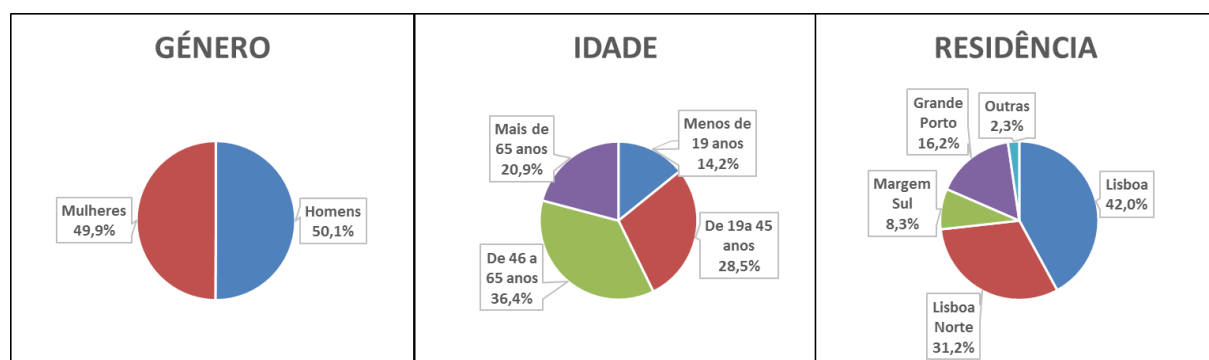
O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas em 2017, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

### MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2016	Movimento entre as datas					31/12/2017
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
<b>Associados Efectivos</b>	<b>1131</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>-8</b>	<b>1122</b>
<b>Associados Participantes</b>	<b>1040</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>1090</b>
<b>Famil. Assoc. Efectivos:</b>	<b>782</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>-13</b>	<b>793</b>
Cônjuges	301	14	0	2	5	-4	304
Cônjuges Sobrevivos	39	1	0	0	2	7	45
Ascendentes	3	0	0	0	0	0	3
Filhos	439	25	0	3	4	-16	441
<b>Associados Pens. FASC</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
<b>Outros Associados Participantes</b>	<b>247</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>286</b>
Famil. Assoc. Participantes	194	17	0	1	10	21	221
Cônjuges	19	7	0	0	1	0	25
Ascendentes	9	0	0	0	0	0	9
Filhos	25	9	0	1	2	0	31
<b>Total Associados</b>	<b>2171</b>	<b>103</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>2212</b>

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência. Na distribuição por género, o número de associados masculinos (1.108) e femininos (1.104) equivalem-se, com 50,1 por cento e 49,9 por cento do total de associados, respetivamente.

Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1.436 associados, 64,9% do total) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 314 associados (14,2% do total), sendo 462 os *seniores* com mais de 65 anos (20,9%).



A média de idades, no conjunto dos associados, era de 47,3 anos (46,9 anos um ano antes). Nas 103 novas inscrições registadas durante o ano a média de idades foi de 35,9, anos (38,9 anos em 2016).

Mais de 80 por cento dos associados (81,5%) residem na área metropolitana de Lisboa.

No concelho de Lisboa moram 930 associados (42,0% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 690 (31,2%) e na Margem Sul, 183 (8,3%).

Na região do Grande Porto residem 358 associados (16,2% do total).

#### Subscritores das modalidades mutualistas

Em 31 de dezembro de 2017 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e tinham ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

O quadro junto apresenta o número de subscrições ativas a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O número de associados era de 2212, mais 41 (+1,9%) que no ano anterior. Na modalidade de Cuidados de Saúde Primários o número de subscritores cresceu igualmente 1,9% (mais 42).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1.293 subscritores no último dia do ano (mais 47, ou +3,8%, que no ano anterior), abrangendo agora 58,5% do total de associados (57,4% no ano anterior).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) ti-

nhá 635 subscrições ativas em dezembro de 2017, menos três (-0,5%) que no ano anterior.

As inscrições realizadas durante o mês de dezembro garantiam o aumento do número de inscrições ativas em 1 de janeiro de 2018 para 2220 associados na Solidariedade Associativa e nos Cuidados de Saúde Primários e 1299 na modalidade de Internamento Hospitalar. De acordo com os Estatutos e o Regulamento de Benefícios as inscrições de novos associados e a subscrição de modalidades só se tornam efetivas a partir do primeiro dia do mês seguinte à admissão.

#### Associados falecidos

Durante o ano faleceram 15 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

### SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31/12/2017	31/12/2016	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	2212	2171	41	1,9%
Cuidados de Saúde Primários	2212	2170	42	1,9%
Internamento Hospitalar	1293	1246	47	3,8%
Capitais por Morte	635	638	-3	-0,5%

### ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2017

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Miguel Urbano Tavares Rodrigues	8	efetivo	27/05/2017
Manuela Saraiva de Azevedo	12	efetivo	10/02/2017
Armando Baptista-Bastos	30	efetivo	09/05/2017
Viriato Dias Bernardo	41	efetivo	02/12/2017
Maria Manuela da Conceição Marques Alves	53	efetivo	23/12/2017
Vasco Manuel Antunes Félix	91	efetivo	14/12/2017
Fernando José de Matos Diogo	149	efetivo	04/10/2017
Alípio Cristiano de Freitas	326	efetivo	13/06/2017
José Rebordão Esteves Pinto	343	efetivo	08/08/2017
Abílio Marques Pinto	481	efetivo	08/05/2017
José Baldomero Pinto Vacondes	491	efetivo	21/08/2017
Luís Manuel Andrade de Sá	682	efetivo	26/09/2017
Paulo Jorge Pereira Esteves	992	efetivo	21/09/2016
Pedro Manuel Madeira Rolo Duarte	1048	efetivo	24/11/2017
António Soares de Magalhães	1084	efetivo	22/07/2017

### 3. SAÚDE

Os principais indicadores relativos aos Serviços de Saúde estabilizaram em 2017, mantendo-se praticamente inalterados os números de utilizadores e de

consultas, tratamentos e hospitalizações realizados no âmbito das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar.

#### Cuidados de Saúde Primários

Durante o ano pelo menos 1.004 associados subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários tiveram pelo menos uma consulta no posto clínico da CASA DA IMPRENSA (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*) ou tratamentos.

Também pelo menos 629 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para tratamentos em regime ambulatorial na Rede Advancecare.

No total, por estas vias de acesso (posto clínico, *convénios* e Rede Advancecare) foram realizadas pelo menos 6.024 consultas ou tratamentos em ambulatório, mais 57 (+1,0%) que no ano anterior.

Por não serem subsidiadas nem darem direito a participações ou reembolsos, mas apenas a preços mais favoráveis que os cobrados a pacientes particulares, não há registo estatístico de consultas, tratamentos ou outros atos médicos prestados ao abrigo de protocolos ou acordos. Incluem-se neste grupo as consultas realizadas nas clínicas das associações mutualistas que integram a APM – Redemut e, de modo geral, todas as situações em que, para acesso aos serviços ou para beneficiar de desconto, é suficiente a apresentação do cartão de associado da CASA DA IMPRENSA.

O quadro seguinte mostra o número de associados que tiveram pelo menos uma consulta no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

#### ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

	Associados				Consultas e tratamentos			
	2017	2016	Difª		2017	2016	Difª	
			Nº	%			Nº	%
Posto clínico	1004	1 009	-5	-0,5%	3 221	3 239	-18	-0,6%
Convénios					698	738	-40	-5,4%
Cartão de saúde	629	606	23	3,8%	2 105	1 990	115	5,8%
<b>Total</b>					<b>6 024</b>	<b>5 967</b>	<b>57</b>	<b>1,0%</b>

#### Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA (Sede e Delegação) realizaram-se durante o ano 3.175 consultas, menos 25 (-0,8%) que as realizadas em 2016, ano em que se tinha verificado um aumento de 6,8 por cento.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) continuou a ser a especialidade mais procurada, com um total (em Lisboa e Porto) de 1.901 consultas, menos 42 (-2,2%) que as realizadas no ano anterior (*ver quadro*).

#### CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2017	2016	Difª		2017	2016	Difª		2017	2016	Difª	
			(Nº)	(%)			(Nº)	(%)			(Nº)	(%)
<b>TOTAL</b>	<b>2873</b>	<b>2887</b>	<b>-14</b>	<b>-0,5%</b>	<b>302</b>	<b>313</b>	<b>-11</b>	<b>-3,5%</b>	<b>3175</b>	<b>3200</b>	<b>-25</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Medicina Geral e Familiar</b>	<b>1638</b>	<b>1657</b>	<b>-19</b>	<b>-1,1%</b>	<b>263</b>	<b>286</b>	<b>-23</b>	<b>-8,0%</b>	<b>1901</b>	<b>1943</b>	<b>-42</b>	<b>-2,2%</b>
Consultas	1638	1657	-19	-1,1%	263	286	-23	-8,0%	1901	1943	-42	-2,2%
<b>Outras Especialidades</b>	<b>1235</b>	<b>1230</b>	<b>5</b>	<b>0,4%</b>	<b>39</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>44,4%</b>	<b>1274</b>	<b>1257</b>	<b>17</b>	<b>1,4%</b>
Cirurgia Geral	9	30	-21	-70,0%	0	0	0		9	30	-21	-70,0%
Dermatologia	172	158	14	8,9%	7	15	-8	-53,3%	179	173	6	3,5%
Ginecologia	90	72	18	25,0%	5	2	3	150,0%	95	74	21	28,4%
Medicina Interna	19	9	10	111,1%	0	0	0		19	9	10	111,1%
Oftalmologia	206	210	-4	-1,9%	10	6	4	66,7%	216	216	0	0,0%
Ortopedia	59	44	15	34,1%	0	1	-1	-100,0%	59	45	14	31,1%
Otorrinolaringologia	119	135	-16	-11,9%	3	1	2	200,0%	122	136	-14	-10,3%
Nutrição	103	78	25	32,1%	0	2	-2	-100,0%	103	80	23	28,8%
Pediatria	34	30	4	13,3%	0	0	0		34	30	4	13,3%
Psicologia	223	196	27	13,8%	11	0	11		234	196	38	19,4%
Psiquiatria	77	107	-30	-28,0%	1	0	1		78	107	-29	-27,1%
Urologia	124	161	-37	-23,0%	2	0	2		126	161	-35	-21,7%

Nas restantes especialidades, globalmente houve um crescimento da procura, realizando-se 1.274 consultas, mais 17 (+1,4%) que em 2016, quando, na sequência da revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, se tinha registado um aumento do número de

### Consultas externas

Em regime ambulatorio, além do posto clínico os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *convénios, acordos* ou *protocolos de cooperação*. Durante o ano foram emitidas 698 credenciais para *consultas externas* e tratamentos ao abrigo de *convénios*, ou seja, para consultas subsidiadas pela associação ou tratamentos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA

consultas de especialidade da 23,6 por cento.

As especialidades mais procuradas, depois da Medicina Geral e Familiar, continuam a ser a Psicologia e a Oftalmologia, com 234 e 216 consultas, respetivamente.

IMPRENSA.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 40 consultas (-5,4%).

A especialidade mais procurada fora do Posto Clínico continua a ser a Estomatologia, com 44,0% do total de credenciais emitidas.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*, por especialidade.

### CONSULTAS EXTERNAS AO ABRIGO DE CONVÉNIOS

Credenciais	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2017	2016	Difª		2017	2016	Difª		2017	2016	Difª	
			(Nº)	(%)			(Nº)	(%)			(Nº)	(%)
TOTAL	380	419	-39	-9,3%	318	319	-1	-0,3%	698	738	-40	-5,4%
Alergologia	11	12	-1	-8,3%	3	1	2	200,0%	14	13	1	7,7%
Cardiologia	63	67	-4	-6,0%	13	13	0	0,0%	76	80	-4	-5,0%
Diabetes	7	3	4	133,3%					7	3	4	133,3%
Gastroenterologia	32	23	9	39,1%					32	23	9	39,1%
Ginecologia	67	62	5	8,1%	12	12	0	0,0%	79	74	5	6,8%
Neurologia	30	21	9	42,9%			0		30	21	9	42,9%
Oftalmologia	1	1	0	0,0%	33	45	-12	-26,7%	34	46	-12	-26,1%
Ortopedia					10	5	5	100,0%	10	5	5	100,0%
Otorrinolaringologia	7	2	5	250,0%	15	14	1	7,1%	22	16	6	37,5%
Pediatria		1	-1	-100,0%	7	13	-6	-46,2%	7	14	-7	-50,0%
Reumatologia	4	12	-8	-66,7%					4	12	-8	-66,7%
Urologia	19	20	-1	-5,0%	7	5	2	40,0%	26	25	1	4,0%
Cons./Trat. Estomatologia	118	179	-61	-34,1%	189	182	7	3,8%	307	361	-54	-15,0%
Cons. / Trat. Fisiatria	20	12	8	66,7%	9	5	4	80,0%	29	17	12	70,6%
Outras Cons. e Exames	1	4	-3	-75,0%	20	24	-4	-16,7%	21	28	-7	-25,0%

### Rede Advancecare

Durante o ano, 629 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare utilizando o *cartão de saúde* distribuído gratuitamente pela CASA DA IMPRENSA. Em comparação com o ano anterior, foram mais 23 (+3,8%).

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 2.105 consultas ou tratamentos (mais 5,8% que no ano anterior), a que corresponderam 4.941 atos médicos (mais 9,7% que os 4.506 registados em 2016).

Nos termos do Regulamento de Benefícios, com o *cartão de saúde*, em regime ambulatorio, a CASA DA IMPRENSA garante preços máximos para consultas programadas (€35,00), consultas domiciliárias (€35,00) e consultas em serviços de atendimento permanente ou de urgência nos estabelecimentos que integram a rede convencionada (€50,00). Em todos os demais atos médicos e na prestação de serviços em geral, incluindo a

estomatologia, meios auxiliares de diagnóstico e próteses ou ortóteses, a utilização do cartão permite apenas o acesso à rede aos preços convencionados diretamente entre cada prestador de serviços e a Advancecare, sem a participação da CASA DA IMPRENSA.

Alterações na configuração da rede e nas condições acordadas entre esta e diversos prestadores, incluindo alguns dos mais procurados, reduziram a oferta de alguns serviços e motivaram cerca de duas dezenas de reclamações. Nos casos de que teve conhecimento e em que ficaram em causa as garantias regulamentares, a CASA DA IMPRENSA suportou a diferença entre os valores cobrados e o preço máximo regulamentar.

O quadro seguinte mostra o número de associados, de consultas e tratamentos e de atos médicos na Rede Advancecare em regime ambulatorio e no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.



**ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMULATÓRIO**

Associados				Consultas				Atos médicos			
2017	2016	Difª		2017	2016	Difª		2017	2016	Difª	
		Nº	%			Nº	%			Nº	%
629	606	23	3,8%	2105	1990	115	5,8%	4941	4506	435	9,7%

**Cirurgia de ambulatório**

Em 2017 foram feitas 46 pequenas cirurgias, na Sede, em Lisboa, e na Delegação do Porto, 32 das quais na especialidade de Dermatologia.

A informação disponível não permite identificar, nos

atendimentos ao abrigo de *convénios* ou na Rede Advancecare, quantos incluíram pequenas cirurgias.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas em 2017 e 2016 no posto clínico.

**PEQUENAS CIRURGIAS**

Especialidade	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2017	2016	Difª		2017	2016	Difª		2017	2016	Difª	
			( Nº )	( % )			( Nº )	( % )			( Nº )	( % )
Total	44	36	8	22,2%	2	3	-1	-33,3%	46	39	7	17,9%
Dermatologia	31	21	10	47,6%	1	2	-1	-50,0%	32	23	9	39,1%
Outras	13	15	-2	-13,3%	1	1	0	0,0%	14	16	-2	-12,5%

**Internamento hospitalar**

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar registaram-se 43 casos de hospitalização para cirurgias e tratamentos e também um parto, num total de 75 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela CASA DA IMPRENSA. A modalidade garantiu também o atendimento de 42 associados, em 63 con-

sultas e sessões de tratamento em ambiente hospitalar mas em regime ambulatório.

Em comparação com 2016, regista-se a estabilização do número de internamentos (mais dois casos, equivalentes a +4,8%), com um aumento do valor dos serviços prestados, a preços convencionados, de 12,4%.

**Contas**

No plano financeiro, as duas modalidades de saúde equilibraram as receitas e as despesas, mas reduziram os resultados relativamente ao ano anterior.

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários, com uma despesa global de 434.997,49 euros, fechou o ano com um saldo de 1.027,93 euros, menos 76,3 por cento do que em 2016.

A modalidade de Internamento Hospitalar, com uma despesa global de 204.074,94 euros, teve um resultado líquido de 944,46 euros, menos 89,5 por cento do

que no ano anterior.

Os subscritores dos Cuidados de Saúde Primários suportaram 36,3 por cento dos custos da modalidade através do pagamento das quotas (€6,00/mês). Os que utilizaram os serviços cobriram diretamente mais 15,0 por cento da despesa através do pagamento de senhas de consulta e credenciais.

Na modalidade de Internamento Hospitalar, com 1.293 subscritores, as quotas (€7,00/mês) corresponderam a 52,4 por cento dos custos totais.

**4. AÇÃO SOCIAL**

O nível de atividade dos Serviços Sociais aumentou em 2017 relativamente ao ano anterior, tendo sido realizadas mais entrevistas e visitas domiciliárias.

Aumentou também o número de contactos realizados com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social, tendentes à satisfação de necessidades sentidas pelos beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na CASA DA IMPRENSA.

Foram realizadas 120 entrevistas presenciais (105 em 2016), e 90 visitas domiciliárias (70 no ano anterior), das quais 13 em lares de idosos.

Os Serviços Sociais tiveram o apoio do corpo clínico da CASA DA IMPRENSA e solicitaram a colaboração de entidades externas, de carácter público, privado e social, em 90 contactos realizados, nomeadamente a Cruz Vermelha Portuguesa (Lisboa e Gaia), as Santas Casas

da Misericórdia de Lisboa e do Porto, serviços de Saúde Pública, dois centros de Saúde, nove hospitais e duas juntas de freguesia, dois centros paroquiais, além de serviços locais da Segurança Social e dos serviços sociais da Câmara Municipal de Lisboa, centros de dia, lares de idosos e empresas prestadoras de serviços de apoio domiciliário.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 12 prestações complementares periódicas (menos três que em 2016) e cinco subsídios pontuais (menos dois) para, nos termos do respetivo Regulamento, responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

O montante global disponibilizado em subsídios eventuais foi de 37.937,09 euros, menos 1.957,07 euros (-4,9%), que os 39.894,16 financiados em 2016).

Com o apoio do FAS foram também comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente comparticipadas despesas relativas ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo.

O valor destas comparticipações, de que beneficiaram 25 requerentes, foi de 6.062,75 euros, mais 4.530,09 euros (+295,6%) que em 2016 (14 beneficiários).

Todos os apoios concedidos foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e, com a exceção da comparticipação de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e de despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de alto risco ou alto custo, atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

O quadro seguinte sintetiza os apoios do FAS relativos a subsídios eventuais e despesas de saúde:

### SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2017		2016	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído	Nº de beneficiários	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	12	21 532,85 €	15	28 160,40 €
Subsídios pontuais atribuídos	5	1 492,76 €	7	2 783,40 €
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	13	8 848,73 €	14	7 417,70 €
Comparticipação de despesas com MCDT <sup>(1)</sup>	25	6 062,75 €	14	1 532,66 €
<b>Total a fundo perdido</b>	<b>55</b>	<b>37 937,09 €</b>	<b>50</b>	<b>39 894,16 €</b>
Subsídios reembolsáveis	0	0,00 €	3	1 450,00 €

(1) Meios complementares de diagnóstico e terapêutica eventualmente não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde mas que os médicos prescritores da Casa da Imprensa consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico do paciente e tratamentos de doenças consideradas de alto risco e alto custo

#### Comparticipação de quotas

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o Fundo de Ação Social (FAS) comparticipou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas).

A comparticipação é de 100 por cento do valor da quota para os descendentes dependentes do associado efetivo (filhos ou equiparados, integrados na

mesma declaração de rendimentos para efeitos de IRS) e de 50 por cento no caso de cônjuges ou ascendentes dependentes, no máximo de dois familiares por cada associado efetivo.

O valor das comparticipações em 2017 ascendeu a 76.081,50 euros, mais 2.840,00 euros (+3,9%) que no ano anterior.

#### Subsídio de nascimento, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2017 foram pagos quatro subsídios de parentalidade, no valor global de 1.000,00 euros (menos 69% que os 3.250,00 euros pagos em 2016 (13 subsídios).

O subsídio de parentalidade, criado na revisão do Regulamento de Benefícios de 2015, é pago aos associados com pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA pelo nascimento de um filho.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas cinco bolsas de estudo (menos uma que em 2016), com o valor individual de 750 euros (3.750 euros no total).

As bolsas de estudo são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos menores de 19 anos a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

Ainda no âmbito da Solidariedade Associativa foi pago um subsídio de acidentes pessoais, no valor de 2.500,00 euros, na sequência da morte de um associado causada por acidente.

Foi a primeira vez que este subsídio foi pago, desde

que passou a estar previsto no Regulamento de Benefícios, em 2012.

Nos termos do Regulamento de Benefícios, o subsídio de acidentes pessoais é pago em caso de morte ou invalidez absoluta e definitiva causadas por acidente de um associado com idade até aos 70 anos e que tenha pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA. No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos nove subsídios, no valor global de 9.000,00 euros, aos herdeiros legais ou beneficiários designados de subscritores da modalidade que faleceram.

Foi pago também um resgate no valor de 765,65 euros. Nos termos do Regulamento de Benefícios o resgate (no valor de 90% das reservas matemáticas) é pago aos subscritores com mais de 80 anos que o solicitem.

Desde a última revisão do Regulamento de Benefícios, em 2015, o valor do subsídio por morte nesta modalidade é de 1.000,00 euros.

### Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor de 33.033,60 euros, menos 1.243,20 euros (-3,6%) que no ano anterior (34.276,80 euros).

Beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992.

O valor atual do subsídio por morte pago no âmbito do FASC é de 2.493,99 euros. As pensões complementares de reforma e de sobrevivência estão fixadas em 148,00 e 88,80 euros mensais, respetivamente.

Em 31 de dezembro o grupo fechado era constituído

por seis pensionistas de reforma (jornalistas) e 17 pensionistas de sobrevivência (cônjuges sobreviventes), neste caso menos um pensionista do que no ano anterior.

Em dezembro, em resultado do correspondente estudo atuarial, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC no valor de 80.000,00 euros, para reforço das provisões matemáticas.

Com este reforço o fundo ficou equilibrado, com provisões suficientes para cobrir as responsabilidades futuras. A 31 de dezembro, o fundo tinha um património líquido de 254.466,16 euros, com um grau de cobertura de 105,19 por cento.

## 5. ATIVIDADE CULTURAL

A atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2017 baseou-se, principalmente, na organização de iniciativas em parceria com outras entidades da área dos *media*. No Salão Nobre da Sede, em Lisboa, foram organizadas três exposições de fotografia, a mais concorrida das quais, reunindo 57 trabalhos dos 13 autores galardoados com o Prémio Estação Imagem 2017, foi inaugurada em setembro, no âmbito do *Bairro das Artes*, um vasto programa que se desdobrou em múltiplos eventos, em 39 espaços diferentes, para marcar a *rentrée* cultural na Sétima Colina de Lisboa.

A CASA DA IMPRENSA acolheu e nalguns casos coorganizou diversos debates sobre comunicação e jornalismo, nomeadamente a propósito da situação política na Catalunha e no Brasil (com a AECJ – Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo) e sobre direitos de autor no fotojornalismo (com a associação Estação Imagem). Apoiou também a apresentação de livros sobre estas temáticas, através da cedência do salão nobre. No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA apoiou a distribuição da revista “Jornalismo e Jornalistas”.

## 6. INICIATIVAS

A CASA DA IMPRENSA, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas e o Clube de Jornalistas, foi uma das três instituições promotoras do 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que decorreu de 12 a 15 de janeiro, em Lisboa, integrando o respetivo Secretariado. Na sequência do congresso e das propostas então aprovadas, a associação manteve a participação em diversos grupos de trabalho.

Em termos financeiros, a organização do congresso foi neutra para a CASA DA IMPRENSA. Em 2017 a associação recebeu dez mil euros de donativos (15 mil em 2016) destinados a apoiar o evento, que foram imediatamente canalizados para a organização.

Conforme previsto no Programa de Ação, a CASA DA IMPRENSA lançou um concurso para a atribuição de prémios de jornalismo (incluindo o Prémio Norberto Lopes de Reportagem de Imprensa), para que foram apresentados 58 trabalhos. Dificuldades técnicas e organizativas adiaram a entrega dos prémios para 2018,

facto que o Conselho de Administração lamenta.

A *Noticiaria*, o *cowork* da CASA DA IMPRENSA destinado a jornalistas e profissionais da comunicação, tinha no final do ano 16 utilizadores inscritos.

O facto de em diversos períodos se ter atingido uma taxa de inscrições próxima do limite levou a que o espaço tenha sido ampliado, passando a funcionar na sobreloja do prédio da CASA DA IMPRENSA na Rua do Loreto, em Lisboa. Nas instalações anteriores foi criado um espaço destinado a *workshops* e reuniões, para apoio à *Noticiaria* ou aluguer a outros interessados.

Criado como forma de apoio social e destinado preferencialmente a jornalistas desempregados, precários e profissionais independentes, associados ou não na CASA DA IMPRENSA, no primeiro ano o espaço foi apoiado pelo Fundo de Ação Social, que suportou parte dos custos de funcionamento e participou as quotas dos jornalistas desempregados. Em 2016 o FAS deixou de suportar qualquer despesa.

## 7. FINANÇAS

### Resultados do exercício

As contas do exercício de 2017 evidenciam um resultado líquido positivo nas modalidades mutualistas de 26.405,30 euros, mais 9.493,09 euros

(+56,1%) que no ano anterior (16.912,21 euros).

Relativamente ao orçamento aprovado em Assembleia Geral, o resultado obtido apresenta um desvio

favorável de 15.538,59 euros (+143,0%). Este resultado respeita apenas à atividade mutualista (a Solidariedade Associativa e as modalidades de Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital por Morte), já que os fundos autónomos (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de

Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes) têm tratamento separado (*ver pág. 14*)

O quadro seguinte indica o resultado líquido dos exercícios de 2017 e 2016, a previsão orçamental para 2017 e as respetivas variações, expressas em euros e em percentagens:

**RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)**

	2017		2016	Dif. <sup>a</sup>			
	Real	Orç.	Real	(€)		(%)	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2)	(5) = (1) - (3)	(6) = (4) / (2)	(7) = (5) / (3)
<b>Resultado líquido</b>	26 405,30 €	10 866,71 €	16 912,21 €	15 538,59 €	9 493,09 €	143,0%	56,1%

**Proveitos e custos das modalidades mutualistas**

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e ati-

vidades da CASA DA IMPRENSA e permitindo a comparação com o exercício anterior.

**PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES**

	2017	2016	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
<b>Proveitos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>377 021,21 €</b>	<b>357 640,38 €</b>	<b>19 380,83 €</b>	<b>5,4%</b>
Quotizações e jóias	303 163,50 €	291 407,95 €	11 755,55 €	4,0%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	65 239,05 €	66 232,43 €	-993,38 €	-1,5%
Provisões específicas do sector (CPM)	8 618,66 €	0,00 €	8 618,66 €	
<b>Proveitos comuns</b>	<b>344 229,23 €</b>	<b>346 668,90 €</b>	<b>-2 439,67 €</b>	<b>-0,7%</b>
Vendas	21,14 €	327,64 €	-306,50 €	-93,5%
Prestações de serviços	133 597,72 €	133 910,08 €	-312,36 €	-0,2%
Subsídios, doações e legados	16 080,41 €	15 744,70 €	335,71 €	2,1%
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	186 180,70 €	188 468,06 €	-2 287,36 €	-1,2%
Juros e outros rendimentos similares	8 349,26 €	8 218,42 €	130,84 €	1,6%
<b>Total de rendimentos e ganhos</b>	<b>721 250,44 €</b>	<b>704 309,28 €</b>	<b>16 941,16 €</b>	<b>2,4%</b>
<b>Custos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>307 697,20 €</b>	<b>286 598,87 €</b>	<b>21 098,33 €</b>	<b>7,4%</b>
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	17 015,55 €	12 516,99 €	4 498,56 €	35,9%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	97 468,01 €	77 973,46 €	19 494,55 €	25,0%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	177 320,00 €	175 183,25 €	2 136,75 €	1,2%
Outros custos inerentes a associados (CSP+IH)	15 893,64 €	12 684,38 €	3 209,26 €	25,3%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	8 240,79 €	-8 240,79 €	-100,0%
<b>Custos comuns</b>	<b>387 147,94 €</b>	<b>400 798,20 €</b>	<b>-13 650,26 €</b>	<b>-3,4%</b>
Custo das vendas	8,40 €	310,76 €	-302,36 €	-97,3%
Fornecimentos e serviços externos	114 452,11 €	120 988,14 €	-6 536,03 €	-5,4%
Custos com o pessoal	192 083,60 €	195 976,31 €	-3 892,71 €	-2,0%
Gastos de depreciação e amortização	67 879,78 €	65 823,25 €	2 056,53 €	3,1%
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	12 724,05 €	17 699,74 €	-4 975,69 €	-28,1%
<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>694 845,14 €</b>	<b>687 397,07 €</b>	<b>7 448,07 €</b>	<b>1,1%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>26 405,30 €</b>	<b>16 912,21 €</b>	<b>9 493,09 €</b>	<b>56,1%</b>

Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades mutualistas totalizaram 721.250,44 euros, que compararam com 704.309,28 euros apurados em 2016, um acréscimo de 16.941,16 euros (+2,4%). Os gastos e perdas aumentaram 7.448,07 euros (+1,1%), passando de 687.397,07 euros em 2016 para 694.845,14 euros. Os associados contribuíram com 51,1 por cento do total de rendimentos e ganhos, através do pagamento de joias e quotas (303.163,50 euros) e de credenciais e senhas de consultas (65.239,05 euros).

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 4,0 por cento, consequência do aumento do número de associados, enquanto o valor das credenciais e senhas de consulta baixou 1,5 por cento.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 307.697,20 euros (44,3% do total de gastos e perdas), um aumento de 21.098,33 euros (+7,4%) relativamente ao ano anterior (286.598,87 euros).

Daquele total, 17.015,55 euros (mais 35,9% que no ano

anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte, pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM); 193.213,64 euros (62.8% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP); e 97.468,01 euros (31,7%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os proveitos comuns totalizaram 344.229,23 euros (47,7% do total de rendimentos e ganhos), sendo o maior contributo o que corresponde à conta “outros rendimentos e ganhos” (186.180,70 euros) na qual se incluem os rendimentos prediais, (153.807,48 euros). O segundo maior contributo vem da “prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 133.597,72 euros e que corresponde a 18,5

#### Resultados das modalidades mutualistas

Pelo sexto ano consecutivo, no exercício de 2017 todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos.

por cento do total de rendimentos e ganhos.

Os custos comuns correspondem a 55,7 por cento do total de gastos, tendo baixado de 400.798,20 euros em 2016 para 387.147,94 (- 3,4%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os relativos a pessoal, que tiveram uma redução de dois por cento, para 192.083,60 euros, e aos fornecimentos e serviços externos, que tiveram um decréscimo de 5,4 por cento, mantendo a tendência evidenciada nos últimos anos.

A imputação dos proveitos e custos comuns às modalidades mutualistas é feita na proporção dos proveitos e custos diretos, de modo a evitar a subsidiação de umas modalidades pelas outras e garantir a autonomia técnica e financeira de cada uma delas, de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

O quadro seguinte compara os resultados líquidos das modalidades mutualistas em 2017 e 2016 e respetivas variações.

### RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2017	2016	Dif <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	13 400,99 €	3 544,89 €	9 856,10 €	278,0%
Cuidados de Saúde Primários	1 027,93 €	4 338,82 €	-3 310,89 €	-76,3%
Internamento Hospitalar	944,46 €	8 968,37 €	-8 023,91 €	-89,5%
Capitais por Morte	11 031,93 €	60,13 €	10 971,80 €	18246,8%
<b>Total</b>	<b>26 405,30 €</b>	<b>16 912,21 €</b>	<b>9 493,09 €</b>	<b>56,1%</b>

A Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de subsídios de nascimento, bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez causadas por acidente e que suporta também todas as iniciativas não abrangidas no âmbito das modalidades sujeitas a subscrição, teve um resultado líquido positivo de 13.400,99 euros, que compara com os 3.544,89 euros apurados em 2016 (+278,0%).

Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 46.891,22 euros, dos quais 28.218,00 euros (60,2%) resultam da cobrança das joias de admissão (€20,00 por inscrição) e da quota associativa (€1,00/mês/associado).

O total de gastos e perdas da modalidade ascendeu a 33.490,23 euros (46.531,90 euros em 2016), dos quais 7.250,00 euros com o pagamento de subsídios de parentalidade, bolsas de estudo e um subsídio de acidentes pessoais. As iniciativas culturais tiveram um custo de 6.283,00 euros.

A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 64.820,61 euros (61.630,21 euros em 2016). A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP), que suporta todos os benefícios da saúde em regime ambulatorio (isto é, sem internamento hospitalar e

partos), teve um resultado líquido de 1.027,93 euros, que compara com o resultado de 4.338,82 euros apurado no ano anterior (-76,3%).

Os proveitos totais ascenderam a 436.025,42 euros, contra 450.176,91 euros em 2016, uma redução de 3,1 por cento.

Para o rendimento global da modalidade os associados contribuíram com 223.012,05 euros (51,1%). As quotas, com o valor individual de €6,00/mês, geraram uma receita de 157.773,00 euros, e as credenciais e senhas de consulta, 65.239,05 euros. Estas duas receitas, pagas pelos associados, cobrem, respetivamente, 36,2 por cento e 15,0 por cento dos gastos totais da modalidade (434.997,49 euros, menos 2,4 por cento que os 445.838,08 euros contabilizados no ano anterior).

Depois das quotas, as maiores contribuições são dos rendimentos prediais imputados à modalidade, com 126.743,84 euros, e da prestação de serviços (Fundo de Ação Social), com 82.543,62 euros. Em conjunto estas duas rubricas cobrem 48,1 por cento da despesa total da modalidade (29,1% dos rendimentos prediais e 19,0% da prestação de serviços).

O valor patrimonial do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinado a suportar

benefícios futuros, era de 753.982,04 euros em 31 de dezembro, mais 3.904,94 euros (+0,5%) que os 750.077,10 euros do final de 2016.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou um resultado líquido de 944,46 euros, menos 89,5 por cento que os 8.968,37 euros registados no ano anterior. Tal como salientado em relatórios anteriores, estando a maior parte dos custos reais da modalidade cobertos por seguro, o resultado do exercício não reflete o agravamento da sinistralidade registado nos últimos anos.

O crescimento do número de subscritores da modalidade fez aumentar a receita da quotização de 100.065,00 euros em 2016 para 106.858,50 em 2017, um crescimento de 6,8 por cento. Em 2016 o crescimento tinha sido de 15%, devido ao maior número de novas adesões à modalidade que se registaram após a revisão do Regulamento de Benefícios.

### Resultados globais

Tal como os fundos mutualistas, todos os fundos autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA apresentaram resultados positivos no exercício de 2017. O Fundo de Ação Social (FAS) teve um resultado líquido de 338.932,74

euros, depois de descontados os encargos financeiros (159.152,80 euros) e a despesa social (327.616,31 euros), que incluiu uma dotação extraordinária de 80.000,00 euros a favor do Fundo Autónomo do Subsídio Complementar (FASC).

### Fundos mutualistas

O valor global dos fundos próprios e permanentes das modalidades mutualistas era, em 31 de dezembro de 2017, de 1.199.213,32 euros, mais 6.602,33 euros (+0,6%) que os 1.192.610,99 euros contabilizados em 2016.

As quotas cobrem agora 52,4 por cento dos gastos totais.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 82.863,72 euros, mais 10,8 por cento que os 74.792,1 euros registados um ano antes.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 11.031,93 euros, que compara com os 60,13 euros contabilizados em 2016. A diferença resulta principalmente da variação das reservas matemáticas, calculadas em estudo atuarial, favorável em 8.618,66 euros.

Durante o ano foram pagos nove subsídios por morte (4 em 2016) e um resgate, ao abrigo do Regulamento de Benefícios.

Em 31 de dezembro o valor patrimonial do Fundo Permanente da modalidade era de 297.546,95 euros, menos 8.564,54 euros (-2,8%) que no ano anterior.

### RESULTADOS GLOBAIS \*

Fundos mutualistas		
SA - Solidariedade Associativa	13 400,99 €	
CSP - Cuidados de Saúde Primários	1 027,93 €	
IH - Internamento Hospitalar	944,46 €	
CPM - Capital Pagável por Morte	11 031,93 €	
<b>Subtotal</b>		<b>26 405,30 €</b>
Fundos autónomos		
FAS - Fundo de Ação Social	338 932,74 €	
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	63 349,50 €	
FNL - Fundo Norberto Lopes	290,51 €	
<b>Subtotal</b>		<b>402 572,75 €</b>
<b>TOTAL</b>		<b>428 978,05 €</b>

\* Resultados líquidos de todos os fundos sob gestão

O FASC e o Fundo Norberto Lopes tiveram resultados de 63.349,50 euros e 290,51 euros, respetivamente.

Os fundos sob gestão da Casa da Imprensa (fundos mutualistas e fundos autónomos) tiveram assim um resultado líquido global de 428.978,05 euros (*ver quadro junto*).

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2017 (antes da aplicação de resultados do exercício, cuja proposta é apresentada na pág. 18) e 31 de dezembro de 2016:

**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS**

	2017	2016	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	64 820,61 €	61 630,21 €	3 190,40 €	5,2%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	753 982,04 €	750 077,10 €	3 904,94 €	0,5%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	82 863,72 €	74 792,19 €	8 071,53 €	10,8%
Fundo Permanente Capitais por Morte	297 546,95 €	306 111,49 €	-8 564,54 €	-2,8%
<b>Total</b>	<b>1 199 213,32 €</b>	<b>1 192 610,99 €</b>	<b>6 602,33 €</b>	<b>0,6%</b>

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2015 (90% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos) e dos rendimentos dos próprios fundos.

**Fundos autónomos**

Em 31 de dezembro de 2017 os fundos autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA tinham um valor patrimonial global de 15.276.019,54 euros, mais 387.703,32

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, reflete também um ajustamento (reversão) das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial, no valor de 8.618,66 euros.

O valor patrimonial do fundo era em 31 de dezembro de 297.546,95 euros, menos 8.564,54 euros (-2,8%) que no ano anterior.

euros (+2,6%) que no ano anterior.

O quadro seguinte apresenta os valores individualizados dos fundos autónomos:

**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS**

	2017	2016	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 984 360,28 €	14 645 427,54 €	338 932,74 €	2,3%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	254 466,16 €	205 986,09 €	48 480,07 €	23,5%
Fundo Norberto Lopes	37 193,10 €	36 902,59 €	290,51 €	0,8%
<b>Total</b>	<b>15 276 019,54 €</b>	<b>14 888 316,22 €</b>	<b>387 703,32 €</b>	<b>2,6%</b>

O Fundo de Ação Social (FAS), teve uma valorização de 338.932,74 euros (+2,3%), atingindo os 14.984.360,28 euros, contra 14.645.427,54 euros em 2016.

O FAS gerou um rendimento líquido de encargos financeiros de 666.549,05 euros, que suportou uma despesa social de 327.616,31 euros ao abrigo do respetivo Regulamento. A maior despesa correspondeu à prestação de serviços a favor das modalidades mutualistas (133.597,72 euros), seguindo-se uma dotação extraordinária a favor do FASC – Fundo Autónomo de Subsídio Complementar, no valor de 80.000,00 euros, a com-

participação de quotas (76.081,50 euros) e os subsídios eventuais (31.874,34 euros), conforme referido no capítulo 4 (Ação Social) deste relatório.

O valor do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) teve um acréscimo de 48.480,07 euros, justificado principalmente pela dotação extraordinária proveniente do Fundo de Ação Social.

O Fundo Norberto Lopes manteve o seu valor praticamente inalterado por ter sido adiada para 2018 a atribuição do prémio de reportagem de imprensa cujo concurso foi lançado em 2017.

**Ativos financeiros**

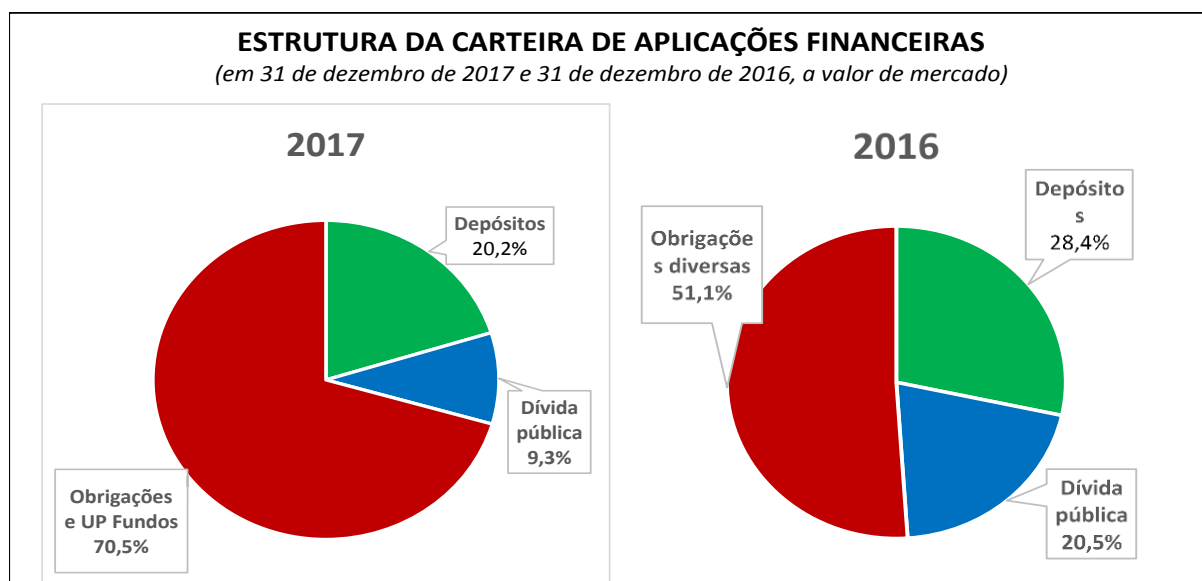
Em 31 de dezembro de 2017, o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão da CASA DA IMPRENSA (fundos mutualistas e fundos autónomos) era de 16.421.379,01 euros e seu valor de mercado de 16.727.472,16 euros (+1,9%).

Daquele total, 3.320.079,13 euros (20,2%) correspondiam a depósitos, 1.519.000,00 a Obrigações do Tesouro e 11.582.299,88 a obrigações de empresas portuguesas e estrangeiras e a unidades de participação de fundos de investimento internacionais com títulos de dívida de mais de 12 mil entidades emitentes.

A recomposição da carteira de investimentos financeiros foi feita no final do ano, após vários meses de negociações com bancos e consultores credenciados que

culminaram em setembro com a celebração dum contrato de aconselhamento com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda, sociedade registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) que, a par da Caixagest, passou a assessorar o Conselho de Administração nesta área.

O objetivo principal da recomposição da carteira, de que foi sendo dado conhecimento à Assembleia Geral e ao Conselho Geral, foi o de acautelar a segurança dos investimentos e a preservação do capital, garantindo na medida do possível o nível de rentabilidade necessário para manter e desenvolver os benefícios sociais. O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em dezembro de 2017 e 2016:



#### Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 80.000,00 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC, o Fundo Autónomo de Subsídio Complementar.

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades

futuras com o pagamento de pensões complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas (FESSJ), integrado na CASA DA IMPRENSA em 1992.

Depois das liquidações feitas no exercício de 2012, não há dívidas entre fundos.

#### Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2017 de 2.798,65 euros relativo a despesas de representação, menos 90,40 euros (-3,1%) que no ano anterior.

A comparação beneficia duma alteração contabilística, com a transferência das despesas relativas a estacionamento do corpo clínico para outra rubrica orçamental. As despesas realizadas pelo Conselho de Administração, exclusivamente relacionadas com transportes e estacionamento de viaturas, representam 49 por cento do total das despesas de representação.

Durante o ano foi registada também a despesa relativa

#### DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2017	2016	Difª	
			(€)	(%)
Conselho de Administração	1 372,55 €	964,50 €	408,05 €	42,3%
Reunião RedeMut	767,50 €		767,50 €	
Outros Órgãos Sociais	23,00 €	47,10 €	-24,10 €	-51,2%
Parqueamentos do Corpo Clínico (*)	-	1 252,35 €		
Deslocações Assistente Social	635,60 €	625,10 €	10,50 €	1,7%
<b>Total</b>	<b>2 798,65 €</b>	<b>2 889,05 €</b>	<b>-90,40 €</b>	<b>-3,1%</b>

(\*) alteração de critério contabilístico em 2017

1 537,75 €

à organização duma reunião extraordinária da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Mutualidades – APM/RedeMut, com instituições provenientes de todas as regiões do país, para debate de alteração aos estatutos e de temas relevantes do movimento mutualista, nomeadamente a preparação duma convenção coletiva de trabalho e a revisão do Código das Associações Mutualistas.

#### Consignação fiscal, doações e donativos

A CASA DA IMPRENSA recebeu 13.079,69 euros da consignação fiscal em 2017, menos 8.626,90 euros (-39,7%) que no ano anterior e 12,8 por cento abaixo da previsão orçamental.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos cidadãos contribuintes, associados e não associados, que escolheram a CASA DA IMPRENSA como

destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

De acordo com a administração fiscal, foram 288 os contribuintes que beneficiaram deste modo a CASA DA IMPRENSA. No ano anterior tinham sido 305.

A CASA DA IMPRENSA recebeu também 10.000 euros de donativos, da EDP e da Liberty Seguros, a propósito do



IV Congresso dos Jornalistas Portugueses, de que foi uma das instituições promotoras.

Tal como aconteceu com os donativos recebidos no final de 2016 (15.000,00 euros, do Banco Santander Totta e da Entidade Reguladora da Comunicação Social), tais verbas foram integralmente canalizadas para a organização do Congresso.

O Conselho de Administração regista também, e agradece, o donativo feito pelo jornalista Ricardo Costa, que canalizou para a nossa Associação a indemnização no valor de 2.580,41 euros que lhe foi atribuída por decisão judicial no desfecho de um caso de alegado

#### Reavaliação de imóveis

De acordo com as disposições legais e as práticas contabilísticas usuais foi feita a atualização do “justo valor” dos edifícios e terrenos da CASA DA IMPRENSA.

A reavaliação, feita por perito certificado e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), teve reflexo no Balanço já em 2017 e terá impacto na demonstração de resultados do exercício de 2018,

crime de liberdade de imprensa.

Igualmente se regista o donativo de 3.000,00 euros recebido do Grupo SeaMe, proprietário do restaurante com o mesmo nome, feito após o termo do contrato de arrendamento da loja propriedade da CASA DA IMPRENSA que explorou durante cinco anos, em reconhecimento do “magnífico trabalho” desenvolvido pela nossa Associação “em prol da classe jornalística”. Com exceção dos apoios recebidos a propósito do Congresso dos Jornalistas, todos os restantes donativos reverteram a favor das modalidades sujeitas a subscrição.

com o aumento dos custos de depreciação parcialmente já acolhido no orçamento, por estimativa.

No conjunto, o valor atribuído aos imóveis aumentou de 6.080.000,00 euros, em 2014, para 7.920.000,00 euros em 2017, uma variação de 30,3 por cento.

O quadro seguinte mostra os valores dos terrenos e edifícios registados no Balanço em 2017 e 2014.

#### REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Imóveis	Sede (Lisboa)		R. do Loreto (Lisboa)		Delegação (Porto)	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Terreno	497 000,00 €	740 000,00 €	1 527 750,00 €	2 280 000,00 €	88 500,00 €	111 000,00 €
Edifício	923 000,00 €	1 110 000,00 €	2 837 250,00 €	3 420 000,00 €	206 500,00 €	259 000,00 €
<b>Total</b>	<b>1 420 000,00 €</b>	<b>1 850 000,00 €</b>	<b>4 365 000,00 €</b>	<b>5 700 000,00 €</b>	<b>295 000,00 €</b>	<b>370 000,00 €</b>

#### Processos judiciais

A CASA DA IMPRENSA é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a CASA DA IMPRENSA processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a CASA DA IMPRENSA, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Durante o exercício de 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2015 a CASA DA IMPRENSA já tinha criado uma provisão de 266.097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações do BES. Não houve alteração deste valor desde então.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à CASA DA IMPRENSA.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a CASA DA IMPRENSA requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não liquidou, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários. Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a CASA DA IMPRENSA.

A CASA DA IMPRENSA não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711.192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2017.

## 8. PRINCIPAIS INDICADORES

### PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	2212
Nº médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	24 864 098,14 €
Fundos	931 850,49 €
Reservas	19 520 960,83 €
Excedentes de revalorização de ativos	3 167 999,36 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	94 285,08 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	26 405,30 €
Resultado líquido	26 405,30 €

## 9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da CASA DA IMPRENSA, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Sa-

úde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;

- todos quantos, associados ou não, designaram a CASA DA IMPRENSA como beneficiária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

## 10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

26.405,30 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	12 060,89 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	925,13 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	850,01 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	9 928,73 €
Fundo de Reserva Geral	2 640,53 €

## 11. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9.*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Miguel Urbano Tavares Rodrigues, Manuela Saraiva de Azevedo, Armando Baptista-Bastos, Viriato Dias Bernardo, Maria Manuela*

*da Conceição Marques Alves, Vasco Manuel Antunes Félix, Fernando José de Matos Diogo, Alípio Cristiano de Freitas, José Rebordão Esteves Pinto, Abílio Marques Pinto, José Baldomero Pinto Vacondes, Luís Manuel Andrade de Sá, Paulo Jorge Pereira Esteves, Pedro Manuel Madeira Rolo Duarte, António Soares de Magalhães.*

Lisboa, 13 de março de 2018

### O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)  
Paulo F. Silva (Vice-Presidente)  
Carlos Lobato (Vogal)  
Rui Peres Jorge (Vogal)  
Sérgio Aníbal (Vogal)

C.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 965 307,25	6 063 281,53
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	290,42	0,00
Investimentos financeiros	3.2.3 e 14.2	338 000,00	20 104,90
		<b>8 365 922,47</b>	<b>6 145 711,23</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3.2.4 e 6	20 460,45	20 692,26
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	2 843,68	759,38
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	3 992,37	6 529,97
Diferimentos	10.2	3 120,46	3 154,35
Outros ativos correntes	3.2.5 e 10.2	15 777 368,34	15 372 587,45
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.3	690 390,37	937 698,21
		<b>16 498 175,67</b>	<b>16 341 421,62</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>24 864 098,14</b>	<b>22 487 132,85</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.6 e 14.1	931 850,49	916 629,50
Reservas		19 520 960,83	19 116 696,86
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	4	3 167 999,36	1 217 149,62
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		<b>23 773 352,36</b>	<b>21 403 017,66</b>
Resultado líquido do período		26 405,30	16 912,21
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>23 799 757,66</b>	<b>21 419 929,87</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	267 362,83	275 981,49
		<b>267 362,83</b>	<b>275 981,49</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.5 e 10.4	20 631,86	19 811,93
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	5 917,78	5 700,14
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	3 000,00	0,00
Diferimentos	10.5	733 714,15	731 848,27
Outros passivos correntes	3.2.5 e 10.5	33 713,86	33 861,15
		<b>796 977,65</b>	<b>791 221,49</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 064 340,48</b>	<b>1 067 202,98</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>24 864 098,14</b>	<b>22 487 132,85</b>

O Conselho de Administração  
*J. Goulart Machado (presidente)*  
*Paulo F. Silva (vice-presidente)*  
*Carlos Lobato (vogal)*  
*Rui Peres Jorge (vogal)*  
*Sérgio Aníbal (vogal)*

A Contabilista Certificada  
*Luísa Pereira*  
 (CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	502 021,41	491 878,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9	16 080,41	15 744,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(8,40)	(310,76)
Fornecimentos e serviços externos	7	(114 452,11)	(120 988,14)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(192 083,60)	(195 976,31)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	8 618,66	(8 240,79)
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	194 529,96	196 686,48
Outros gastos	7	(320 421,25)	(296 057,82)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>94 285,08</b>	<b>82 735,46</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(67 879,78)	(65 823,25)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>26 405,30</b>	<b>16 912,21</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>26 405,30</b>	<b>16 912,21</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>26 405,30</b>	<b>16 912,21</b>

O Conselho de Administração  
*J. Goulart Machado (presidente)*  
*Paulo F. Silva (vice-presidente)*  
*Carlos Lobato (vogal)*  
*Rui Peres Jorge (vogal)*  
*Sérgio Aníbal (vogal)*

A Contabilista Certificada  
*Luísa Pereira*  
 (CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de clientes e utentes	385 623,20	358 902,07
Pagamentos de subsídios	10 265,55	8 093,74
Pagamento de bolsas	3 750,00	4 500,00
Pagamentos a fornecedores	393 926,53	385 083,21
Pagamentos ao pessoal	200 076,21	200 152,93
Caixa gerada pelas operações	(222 395,09)	(238 927,81)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	11 911,75	3 613,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(210 483,34)	(235 313,96)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	22 645,03	12 013,22
Activos intangíveis	307,50	
Investimentos financeiros	588 710,94	941 050,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis	759,38	1 208,66
Investimentos financeiros	744 120,38	860 000,00
Outros activos	154 834,18	168 342,30
Juros e rendimentos similares	9 546,90	19 703,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	297 597,37	96 191,20
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Doações	5 580,41	
Outras operações de financiamento	133 597,72	133 910,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	139 178,13	133 910,08
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	226 292,16	(5 212,68)
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	76 698,21	81 910,89
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	302 990,37	76 698,21

O Conselho de Administração

*J. Goulart Machado (presidente)*
*Paulo F. Silva (vice-presidente)*
*Carlos Lobato (vogal)*
*Rui Peres Jorge (vogal)*
*Sérgio Aníbal (vogal)*

A Contabilista Certificada

*Luísa Pereira*
*(CC 3301)*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016**

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	1	882 440,26	0,00	18 852 214,01	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	37 988,05	21 142 333,62	0,00	21 142 333,62
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		34 189,24		264 482,85				(37 988,05)	260 684,04		260 684,04
	2	34 189,24	0,00	264 482,85	0,00	0,00	0,00	(37 988,05)	260 684,04	0,00	260 684,04
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							16 912,21	16 912,21		16 912,21
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							(21 075,84)	277 596,25	0,00	277 596,25
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>	6=1+2+3+5	916 629,50	0,00	19 116 696,86	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	16 912,21	21 419 929,87	0,00	21 419 929,87

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017**

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	6	916 629,50	0,00	19 116 696,86	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	16 912,21	21 419 929,87	0,00	21 419 929,87
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		15 220,99		404 263,97		1 950 849,74		(16 912,21)	2 353 422,49		2 353 422,49
	7	15 220,99	0,00	404 263,97	0,00	1 950 849,74	0,00	(16 912,21)	2 353 422,49	0,00	2 353 422,49
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8							26 405,30	26 405,30		26 405,30
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8							9 493,09	2 379 827,79	0,00	2 379 827,79
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	11=6+7+8+10	931 850,49	0,00	19 520 960,83	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	26 405,30	23 799 757,66	0,00	23 799 757,66

O Conselho de Administração  
*J. Goulart Machado (presidente)*  
*Paulo F. Silva (vice-presidente)*  
*Carlos Lobato (vogal)*  
*Rui Peres Jorge (vogal)*  
*Sérgio Anibal (vogal)*

A Contabilista Certificada  
*Lúisa Pereira*  
 (CC 3301)

**FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL**
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	12 302 645,05	11 077 619,89
	<b>12 302 645,05</b>	<b>11 077 619,89</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1 274,08	1 286,68
Outras contas a receber	185 969,88	269 573,79
Caixa e depósitos bancários	2 513 318,38	3 318 180,68
	<b>2 700 562,34</b>	<b>3 589 041,15</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>15 003 207,39</b>	<b>14 666 661,04</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	14 645 427,54	14 370 781,86
	<b>14 645 427,54</b>	<b>14 370 781,86</b>
Resultado líquido do período	338 932,74	274 645,68
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>14 984 360,28</b>	<b>14 645 427,54</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	830,11	1 031,00
Outras contas a pagar	18 017,00	20 202,50
	<b>18 847,11</b>	<b>21 233,50</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>18 847,11</b>	<b>21 233,50</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>15 003 207,39</b>	<b>14 666 661,04</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Custos inerentes a associados	(194 018,59)	(123 157,66)
Custos da prestação de serviços	(133 597,72)	(133 910,08)
Fornecimentos e serviços externos	(22 927,68)	(32 941,00)
Provisões (aumentos/reduções)	(136 225,12)	(228 067,17)
Outras imparidades (perdas/reversões)	410 688,06	245 867,00
Juros obtidos	415 013,79	546 854,59
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>338 932,74</b>	<b>274 645,68</b>



**FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR  
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	181 000,00	
	<b>181 000,00</b>	
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	934,97	508,64
Caixa e depósitos bancários	82 698,04	214 401,10
	<b>83 633,01</b>	<b>214 909,74</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>264 633,01</b>	<b>214 909,74</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	(50 789,22)	(36 329,46)
Resultados transitados	5 519,65	5 519,65
	<b>(45 269,57)</b>	<b>(30 809,81)</b>
Resultado líquido do período	63 349,50	(14 459,76)
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>18 079,93</b>	<b>(45 269,57)</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões específicas		
Pensões	228 530,73	243 331,26
Subsídio por Morte	13 375,15	13 444,05
	<b>241 905,88</b>	<b>256 775,31</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Pensionistas	4 647,20	3 404,00
	<b>4 647,20</b>	<b>3 404,00</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>246 553,08</b>	<b>260 179,31</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>264 633,01</b>	<b>214 909,74</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	80 000,00	10 000,00
Fornecimentos e serviços externos	(1 476,00)	(1 230,00)
Pensões	(33 033,60)	(34 276,80)
Subsídio por Morte		(2 493,99)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	14 869,43	11 032,27
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Juros obtidos	2 989,67	2 508,76
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>63 349,50</b>	<b>(14 459,76)</b>

**FUNDO NORBERTO LOPES**  
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	122,41	91,09
Caixa e depósitos bancários	37 642,61	37 383,42
<b>Total do Ativo</b>	<b>37 765,02</b>	<b>37 474,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	36 902,59	36 404,47
Resultados transitados	571,92	571,92
	<b>37 474,51</b>	<b>36 976,39</b>
Resultado líquido do período	290,51	498,12
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>37 765,02</b>	<b>37 474,51</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total do passivo</b>		
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>37 765,02</b>	<b>37 474,51</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Juros obtidos	290,51	498,12
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>290,51</b>	<b>498,12</b>

## D.

### ANEXO

#### 1 — Identificação da Entidade

##### 1.1 — Designação da Entidade

CASA DA IMPRENSA Associação Mutualista

##### 1.2 — Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

##### 1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

#### 2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### 2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

##### 2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

##### 2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2016.

#### 3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

##### 3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

##### 3.2 — Outras políticas contabilísticas

###### 3.2.1 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2017, por perito avaliador certificado.
- Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

### **3.2.2 – Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

### **3.2.3 – Investimentos financeiros**

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos em obrigações são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantem os critérios de valorização dos títulos:

– a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;

– nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;

– não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento exceto em situações de probabilidade de perda quase total.

O desreconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

Nos seus investimentos em fundos a mensuração faz-se ao custo de aquisição e o desreconhecimento ocorre com a alienação das unidades de participação. As mais ou menos valias são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

### **3.2.4 – Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

### **3.2.5 – Instrumentos financeiros**

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

#### Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 200 dias e 1 ano, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

#### Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **3.2.6 – Fundos patrimoniais**

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

### **3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### **3.2.8 – Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

### **3.2.9 – Rédito**

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

### **3.2.10 – Benefícios de empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

### **3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos**

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiária (espaço de *cowork*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

### **3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

### 3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

### 3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

## 4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Como determinam as regras contabilísticas, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade e tendo a última avaliação reportado a 31 de dezembro de 2014, foi promovida nova avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente. Em 31 de Dezembro procedeu-se à revalorização dos imóveis para a quantia apurada e constante do relatório do avaliador, onde estão explanados os métodos e pressupostos significativos aplicados para a estimativa do justo valor dos ativos, incluindo os critérios de repartição entre o terreno e o edificado. Esta revalorização traduziu-se na obtenção dos seguintes excedentes:

	Excedentes de Revalorização			
	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2017
Edifício Sede - Lisboa	1 028 699,76	477 037,77	-	1 505 737,53
Edifício R. Loreto - Lisboa	0,00	1 386 421,97	-	1 386 421,97
Delegação - Porto	188 449,86	87 390,00	-	275 839,86
	<u>1 217 149,62</u>	<u>1 950 849,74</u>	<u>-</u>	<u>3 167 999,36</u>

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	-	-	-	62 324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	2 113 250,00	-	1 017 750,00	-	-	3 131 000,00
Edifícios e outras construções	3 976 617,40	5 735,01	933 099,74	-	126 452,15	4 789 000,00
Equipamento básico	94 115,81	-	-	-	-	94 115,81
Equipamento administrativo	136 395,04	13 303,67	-	-	-	149 698,71
	<u>6 382 703,05</u>	<u>19 038,68</u>	<u>1 950 849,74</u>	<u>-</u>	<u>126 452,15</u>	<u>8 226 139,32</u>

### Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	74 090,93	52 361,22	-	126 452,15	-
Equipamento básico	79 967,52	3 655,20	-	-	83 622,72
Equipamento administrativo	103 038,27	11 846,28	-	-	114 884,55
	<u>257 096,72</u>	<u>67 862,70</u>	<u>-</u>	<u>126 452,15</u>	<u>198 507,27</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2017 e 2016 foram as seguintes:

**Gastos com Depreciações**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	52 361,22	51 500,93
Equipamento básico	3 655,20	3 760,90
Equipamento administrativo	<u>11 846,28</u>	<u>10 561,42</u>
	<u>67 862,70</u>	<u>65 823,25</u>

**5 – Ativos Intangíveis**

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	<b>Ativo Bruto</b>				<b>Saldo em 31/12/2017</b>
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienação</b>	<b>Correcção s e Transf.</b>	
Programas de computador	48 052,35	307,50	-	-	48 359,85
	<u>48 052,35</u>	<u>307,50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48 359,85</u>

	<b>Amortizações Acumuladas</b>				<b>Saldo em 31/12/2017</b>
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienação</b>	<b>Correcção s e Transf.</b>	
Programas de computador	48 052,35	17,08	-	-	48 069,43
	<u>48 052,35</u>	<u>17,08</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48 069,43</u>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2017 e 2016 foram as seguintes:

**Gastos com Amortizações**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Activos Intangíveis		
Programas de computador	17,08	-
	<u>17,08</u>	<u>-</u>

**6 – Inventários**

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da CASA DA IMPRENSA) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a CASA DA IMPRENSA 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	<b>Inventários</b>				<b>Inventário em 31/12/2017</b>
	<b>Inventário em 31/12/2016</b>	<b>Compras</b>	<b>Reclassificações e regularizações</b>	<b>Vendas</b>	
Medalhas	7 725,79	-	-	-	7 725,79
Livros	12 966,47	-	(223,41)	(8,40)	12 734,66
	<u>20 692,26</u>	<u>-</u>	<u>(223,41)</u>	<u>(8,40)</u>	<u>20 460,45</u>
Custo dos inventários vendidos					<u>8,40</u>

**7 – Rendimentos e gastos**

O rédito reconhecido pela Entidade em 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

**Réditos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Prestação de serviços	502 021,41	491 878,10
Quotizações e joias	303 163,50	291 407,95
Credenciais e Senhas de consulta	65 239,05	66 232,43
Fundos	133 597,72	133 910,08
Vendas	21,14	327,64
Outros rendimentos e ganhos	186 180,70	188 468,06
Rendas	153 807,48	146 649,51
Cedência de salas	18 647,59	18 635,90
Consignação fiscal - IRS	13 079,69	21 706,59
Outros	645,94	1 476,06
Juros	8 349,26	8 218,42
Juros de depósitos	3 208,56	7 104,68
Juros de outras aplicações	5 140,70	1 113,74
	<b>696 551,37</b>	<b>688 564,58</b>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2017 e 2016, foi a seguinte:

**Fornecimentos e Serviços Externos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhos especializados	8 740,05	7 869,84
Publicidade e propaganda	4 739,76	5 006,85
Honorários	24 626,50	26 981,50
Conservação e reparação	5 148,48	7 775,47
Outros	4 566,39	6 302,24
Materiais	5 790,81	6 255,41
Energia e fluidos	12 314,39	11 373,50
Deslocações, estadas e transportes	4 563,08	5 037,35
Comunicação	6 303,97	6 005,37
Seguros	3 677,01	3 650,45
Licenças	6 259,56	6 628,16
Despesas de representação	2 798,65	2 889,05
Limpeza, higiene e conforto	18 540,46	17 322,33
Outros serviços	6 383,00	7 890,62
	<b>114 452,11</b>	<b>120 988,14</b>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

**Outros gastos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Impostos	165,70	1 066,63
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	9 765,55	4 766,99
Bolsas de Estudo	3 750,00	4 500,00
Subsídio de Parentalidade	1 000,00	3 250,00
Subsídio por Morte/ITP por acidente	2 500,00	-
Internamento Hospitalar	97 468,01	81 560,27
Cuidados de Saúde Primários	193 213,64	184 280,82
Outros	12 558,35	16 633,11
	<b>320 421,25</b>	<b>296 057,82</b>

**8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.



Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos 2 últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantem a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da CASA DA IMPRENSA para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária.

Durante o exercício foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que por natureza do tema é inviável.

Para esta situação a Entidade já tinha criado em 2015 uma provisão de 266.097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento, não tendo procedido a qualquer atualização de valores.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

	<b>Provisões Matemáticas</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Aumento de garantias</b>	<b>Constituição e reforço</b>	<b>Reversões e utilizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Capital por Morte	275 981,49	-	-	8 618,66	267 362,83
	275 981,49	-	-	8 618,66	267 362,83

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

	<b>Fundo Permanente de Capital por Morte</b>		
	<b>Património Líquido</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>Grau de cobertura</b>
Capital por Morte	360 026,17	267 362,83	134,66%
	360 026,17	267 362,83	

## 9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

### **Subsídios, doações e legados à exploração**

	<b>Valor atribuído</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Benefícios prescritos	0,00	694,70
Subsídios e doações	16 080,41	15 050,00
	16 080,41	15 744,70

## 10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

### 10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

**Associados**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	967,70	1 448,06
De 4 a 12 meses	1 179,70	1 683,30
Mais de 12 meses	57,70	20,00
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	412,52	1 686,36
De 4 a 12 meses	162,00	96,00
Mais de 12 meses	1 212,75	1 596,25
	<u>3 992,37</u>	<u>6 529,97</u>

**Beneficiários**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital por morte		
Até 1 ano	3 000,00	-
De 2 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	<u>3 000,00</u>	<u>-</u>

**10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos**

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

**Outros Ativos a receber**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiant. e outras operações com o pessoal	6 000,00	100,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	1 478,46	2 022,71
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	28 530,00	31 947,49
Fundos	15 030 167,45	14 627 324,82
	<u>15 777 368,34</u>	<u>15 372 587,45</u>

**Diferimentos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3 120,46	3 154,35
	<u>3 120,46</u>	<u>3 154,35</u>

**10.3 – Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

**Caixa e Depósitos bancários**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1 400,00	1 400,00
Depósitos à ordem	301 590,37	75 298,21
Depósitos a prazo	387 400,00	861 000,00
	<u>690 390,37</u>	<u>937 698,21</u>

**10.4 – Fornecedores**

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

### Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores gerais	12 021,00	11 105,65
Médicos e Entidades convenionadas	8 610,86	8 706,28
	<u>20 631,86</u>	<u>19 811,93</u>

As faturas em recepção e conferência passam a ser apresentadas em fornecedores gerais em vez de outros credores.

### 10.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

#### Outros Passivos Correntes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	25 349,86	24 603,71
Outros acréscimos de gastos	8 364,00	9 257,44
Outros Credores	-	-
	<u>33 713,86</u>	<u>33 861,15</u>

#### Diferimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	22 521,58	20 655,70
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
	<u>733 714,15</u>	<u>731 848,27</u>

### 11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 8 pessoas (menos 1 que em 2016).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

#### Gastos com o Pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	140 709,19	143 927,09
Encargos sobre Remunerações	31 883,74	31 668,40
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 393,66	1 296,06
Outros gastos com Pessoal	18 097,01	19 084,76
	<u>192 083,60</u>	<u>195 976,31</u>

Não houve alterações à titularidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

#### Número de membros dos Órgãos Sociais

	<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Conselho de Administração	5	3
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>9</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

### 12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### 13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

## 14 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 14.1 – Fundos Patrimoniais

<b>Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais</b>				
	<b>Saldo em</b>	<b>Aumentos e</b>	<b>Aplicação de</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>Reavaliações</b>	<b>resultados</b>	<b>31/12/2017</b>
Fundos				
Capital por Morte	30 130,00	-	54,12	30 184,12
Cuidados de Saúde Primários	750 077,10	-	3 904,94	753 982,04
Solidariedade Associativa	61 630,21	-	3 190,40	64 820,61
Internamento Hospitalar	74 792,19	-	8 071,53	82 863,72
Reservas Legais	152 046,37	-	1 691,22	153 737,59
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14 645 427,54	338 932,74	-	14 984 360,28
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(50 789,22)	63 349,50	-	12 560,28
Fundo Norberto Lopes	36 902,59	290,51	-	37 193,10
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	1 217 149,62	1 950 849,74	-	3 167 999,36
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	16 912,21	26 405,30	(16 912,21)	26 405,30
	<u>21 419 929,87</u>	<u>2 379 827,79</u>	<u>-</u>	<u>23 799 757,66</u>

### 14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

<b>Investimentos Financeiros</b>				
	<b>Saldo em</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Abates e</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Alienações</b>	<b>31/12/2017</b>
Obrigações do Tesouro	20 000,00	318 000,00	-	338 000,00
Fundo Compen. Trabalho	104,90	-	104,90	-
	<u>20 104,90</u>	<u>318 000,00</u>	<u>104,90</u>	<u>338 000,00</u>

### 14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	2 843,68	759,38
	<u>2 843,68</u>	<u>759,38</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2 492,50	2 167,75
IVA - A Pagar	-	152,59
Contribuição p/ Segurança Social	3 425,28	3 379,80
	<u>5 917,78</u>	<u>5 700,14</u>

Lisboa, 6 de março de 2018

#### **O Conselho de Administração**

*J. Goulart Machado (presidente)*

*Paulo F. Silva (vice-presidente)*

*Carlos Lobato (vogal)*

*Rui Peres Jorge (vogal)*

*Sérgio Aníbal (vogal)*

#### **A Contabilista Certificada**

*Luísa Pereira*

*(CC 3301)*

**E.**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## **1. PARECER**

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2017.

O Conselho Fiscal regista positivamente o equilíbrio das contas apresentadas, num ano em que a atividade da Casa da Imprensa estabilizou, decorrido o efeito da última revisão do regulamento de benefícios, o que se reflectiu sobretudo no aumento líquido do número de associados em 1,9%.

No plano dos Serviços de Saúde, no acesso a cuidados de saúde através da rede Advanccare, a prossecução de um elevado número de consultas e de atos médicos (no total de 4941), apresentando estes últimos um crescimento de 9,7%, ao mesmo tempo que chegam reclamações por via de alterações unilaterais dos termos estabelecidos, confirmam a necessidade de avaliação das condições contratuais, tal como mencionado pelo Conselho de Administração.

Ao nível da Ação Social, o Conselho Fiscal considera positivo o aumento da atividade dos serviços sociais (mais 15 entrevistas e mais 20 visitas domiciliárias) no acompanhamento de casos de risco humano e social.

No que se refere às Iniciativas, é de registar o adiamento da entrega dos prémios de jornalismo de 2017 para 2018, por dificuldades técnicas e organizativas invocadas pelo Conselho de Administração, uma situação que terá tido um carácter excepcional.

No plano financeiro, é de sublinhar o efeito do recurso a aconselhamento externo para a gestão da carteira de aplicações financeiras, com a dispersão de risco operada em 2017 na carteira da Casa da Imprensa, nomeadamente através de um maior peso de participação em fundos de investimento, correspondendo agora a títulos de mais de 12 mil emitentes.

O Conselho Fiscal nota ainda positivamente o cumprimento por parte do Conselho de Administração dos compromissos orçamentais, com um resultado positivo do exercício de 26.405,30 euros, e uma evolução positiva do valor patrimonial dos fundos sob responsabilidade da gestão do Conselho de Administração (+0,6% nos fundos mutualistas e +2,6% nos fundos autónomos).

Pelo exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2017.

Lisboa, 19 de março de 2018

*Lurdes Ferreira* (Presidente)

*Helder Carvalho* Martins (Secretário)

*Luísa Bessa Coelho* (Relatora)





Casa da Imprensa  
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

**[www.casadaimpresa.pt](http://www.casadaimpresa.pt)**

**Sede:**

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: [geral@casadaimpresa.pt](mailto:geral@casadaimpresa.pt)

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

**Delegação Porto:**

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: [porto@casadaimpresa.pt](mailto:porto@casadaimpresa.pt) • [geral@casadaimpresa.pt](mailto:geral@casadaimpresa.pt)

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30